

Capítulo 2: A ANTROPOLOGIA APLICADA E AS SUAS PERSPECTIVAS

Xerardo Pereiro (UTAD- Pólo de Miranda do Douro)

-Pereiro, X. (2005): “A Antropologia Aplicada e as suas perspectivas”, em Pereiro, X. e Mendes, P. (coordenadores) (2006): *Textos de Antropologia Aplicada*. UTAD: Miranda do Douro, pp. 3-13.

INTRODUÇÃO (*)

Apresento neste texto uma reflexão sobre as posturas relativas à antropologia aplicada, desde as posturas contrárias à intervenção da antropologia na mudança sociocultural; passando pelas que reivindicam um estatuto de disciplina autónoma e independente junto com a linguística, a antropologia física, a arqueologia e a antropologia sociocultural; até aquelas que defendem a aplicabilidade de todo conhecimento antropológico e que criticam o falso divórcio entre teoria e prática. Posteriormente analisamos como a antropologia aplicada não pode ser entendida, a não ser que a pensemos uma ciência política aplicada que actua condicionada pelas posições ético-políticas que defende. Finalmente questionamos que sentido tem falar e formar hoje em antropologia aplicada.

I. POSTURAS

CONTRA A APLICAÇÃO DA ANTROPOLOGIA

É a antropologia um saber aplicável? Deve a antropologia ser aplicada? É a antropologia aplicada diferente da antropologia? É uma disciplina ou subdisciplina com métodos e teorias diferentes? Ou o que mudam são só os agentes de aplicação? Se é diferente, o que o faz diferente? Acaso na história da antropologia, a produção de conhecimento antropológico não teve a sua aplicação? É a antropologia aplicada o mesmo que a antropologia implicada? É a antropologia aplicada o “patinho feio” da antropologia? Torna-se necessário fazer da antropologia aplicada uma segregação do tronco da antropologia? Se a antropologia deve entender cada cultura nos seus próprios termos, que justifica que um antropólogo de outra cultura diga aos membros dessa mesma cultura o que devem fazer?

São estas perguntas que representam uma primeira postura face a aplicação da antropologia, isto é, a desconfiança pela intervenção e a provocação de mudanças. Este relativismo cultural coloca num primeiro plano a questão ética do envolvimento e participação do antropólogo (Barnes 1977). Os antropólogos aperceberam-se de que para os mesmos problemas não há uma única solução, sendo difícil perceber qual é a melhor (Firth 1981). Por outro lado a história da aplicação da antropologia mostra intenções nobres mas não isentas de alguns etnocentrismos. Vejamos um exemplo de crítica, realizado por Carlos Castaneda (1974), ao envolvimento etnocêntrico de alguns antropólogos mexicanos:

“Como los misioneros del siglo XVI, los antropólogos mexicanos se acercan a las comunidades indígenas no tanto para conocerlas como para cambiarlas... Los misioneros querían extender la comunidad cristiana a los indios; nuestros antropólogos quieren integrarlos en la sociedad mexicana. El etnocentrismo de los primeros era religioso, el de los segundos es progresista y nacionalista. Esto último limita gravemente su comprensión de ciertas formas de vida” (Castaneda 1974: 14-15)

A desconfiança face à intervenção do antropólogo não provém só do antropólogo, mas sim também às vezes dos próprios estudados e dos agentes governamentais, os dois potenciais requisidores dos serviços do antropólogo. Vejamos um exemplo retratado por James Clifford (1999: 171):

“... un mensaje que Franz Boas recibió de un jefe kwagiulth (que dice esencialmente: “si usted viene a cambiar nuestras costumbres, entonces váyase; si no, es bienvenido”); una cita de una carta de 1922 escrita por el Jefe Inspector de las Agencias Indias (señalando que el doctor Boas es un norteamericano, que debería de tratar de sus propios asuntos y no mezclarse en la defensa de los potlach)”

Sobre esta questão temos que ter em conta as críticas ao colonialismo e a sua relação com a antropologia (Asad 1973). Estas críticas, ainda que de interesse, distanciam-se do envolvimento da antropologia no desenvolvimento, porque esse exercício é um encontro desigual com o outro (Hobart 1993; Escobar 1995; Gimeno e Monreal 1999) que parte de um esquema de dominação ocidental moralmente rejeitável. Esta postura, desde o nosso ponto de vista, pode levar o relativismo cultural a um extremo e esquece que os próprios antropólogos têm ajudado e favorecido os estudados (Gardner e Lewis 1996; Hannerz 1986). Pensamos, também que se esquece que a antropologia é de igual forma uma ciência libertadora, emancipadora e crítica perante qualquer forma de exclusão social. Nesta questão já Eric Wolf (1964) tinha afirmado com acerto que a antropologia aplicada é uma reacção contra o relativismo cultural extremo. E alguns autores, como por exemplo Gardner e Lewis (1996), consideram que apesar de alguns antropólogos serem críticos com a aplicação da antropologia, manifestando-o assim nas suas obras, eles próprios podem ser considerados como antropólogos aplicados, pois praticam algo fundamental em antropologia que é a crítica cultural (Marcus e Fischer 2000) necessária para a re-orientação da própria prática da antropologia aplicada. A crítica cultural de nós e dos outros serve para realizar propostas de convivência não racistas, como as baseadas no relativismo cultural (Marcus e Fischer 2000).

Desde esta perspectiva de negação da possibilidade de aplicação da antropologia, podemos cair numa ingenuidade teoricista, pois “toda teoria tem sempre por trás uma prática e uns interesses que a conformam” (Gondar 2003: 87) e toda teoria serve para transformar o social. Não podemos esquecer ainda que a aplicação da antropologia tem-se produzido desde as suas origens. Analisaremos melhor este ideia crítica nas partes que se seguem.

A ANTROPOLOGIA APLICADA COMO CAMPO ESPECÍFICO

Uma postura diferente à anterior, é aquela que defende não só a possibilidade de intervenção sociocultural da antropologia, senão também a identidade diferenciada da antropologia aplicada, um campo próprio e diferente da antropologia (Foster 1969; Bastide 1979; Chambers 1985; Weaver 2002; Gondar 2003). Para este conjunto de autores a “antropologia aplicada” é ou deveria ser uma área própria da antropologia junto com a linguística, a antropologia cultural, a antropologia biológica e a antropologia arqueológica. Além de mais a antropologia aplicada é entendida como uma disciplina que partilha com a antropologia conceitos como o de cultura, mas que tem um objectivo diferente, alcançado com alguns métodos e técnicas específicas. Um dos primeiros a afirmar esta posição foi George Foster, que definiu a antropologia aplicada da seguinte forma:

“applied anthropology is the phrase commonly used by anthropologists to describe their professional activities in programs that have as their primary goals changes in human behavior believed to ameliorate contemporary social, economic and technological problems, rather than the development of social and cultural theory” (Foster 1969: 54).

Para Foster (1969), a antropologia aplicada é a que um antropólogo realiza para uma organização pública ou particular de cooperação. Portanto é a realizada fora da universidade, é um saber ou um conjunto de conhecimentos produzidos fora da Academia. O objectivo da antropologia aplicada é obter mudanças a curto e médio prazo, e a sua melhoria em termos metodológicos derivará da prática.

No mesmo sentido Roger Bastide (1979) define a antropologia aplicada como uma disciplina de reflexão teórica da prática de mudanças que acaba por criar o seu próprio “corpus” de teorias. Neste autor, a prática, oposta à teoria, seguiria um modelo clínico (análise, diagnose, intervenção, mudança ou cura) e um esquema de mudança que teria como modelo o modo de vida ocidental, sempre conservando algumas especificidades locais. Esta “antropologia clínica” seria toda uma ciência da acção dos grupos humanos que, com a acção e a prática, desenvolveria novas teorias antropológicas.

Com algumas diferenças, Thomas Weaver (2002) distingue entre antropologia académica, antropologia aplicada e antropologia prática. Se bem que defende a ideia de que estas três antropologias partilham uma formação básica comparável, afirmando também que a antropologia aplicada é um campo diferente da antropologia académica. A diferença é que os antropólogos académicos trabalham fundamentalmente no ensino da antropologia e na publicação de resultados das investigações subsidiadas, porém os antropólogos aplicados são antropólogos académicos que trabalham temporariamente como assessores e investigadores para um cliente. Thomas Weaver (2002), ao mesmo tempo que critica a antropologia académica por não preparar os estudantes para exercer como antropólogos em prática, define a “antropologia prática” como aquela que é realizada fora da academia, multidisciplinar, com metodologias rápidas para dar respostas a problemas que precisam de um acção imediata. A antropologia prática é para Weaver (2002) mais dependente de contratos do que de subsídios, como acontece na antropologia académica.

Por sua vez, Marcial Gondar (2003) afirma que a antropologia aplicada é outro tipo de antropologia, uma linha autónoma com diferentes objectos, teorias, papéis, métodos –ex.: grupos de discussão- e intenções. Segundo este autor a antropologia pode facilitar uma mudança social integrada ou também reproduzir esquemas de dominação e subalternização. A antropologia aplicada é para Marcial Gondar (2003) uma ciência que contribui para a resolução dos problemas humanos, beneficiando as comunidades estudadas. Longe de ser um simples levar à prática a antropologia teórica ou uma antropologia mais prática, a antropologia aplicada é para Gondar (2003) uma contínua investigação que gera ela própria teorias.

A ANTROPOLOGIA APLICADA COMO APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO

Desde este ponto de vista a antropologia aplicada não é pensada estritamente como um campo próprio, porém como o uso e aplicação de toda antropologia, tanto pelo antropólogo académico como pelo antropólogo não académico. Portanto, presta atenção aos múltiplos usos e práticas do conhecimento e dos métodos antropológicos:

“These anthropologists are applying the theories, methods, and substantive knowledge of our discipline to enable a better understanding of human needs and to formulate and enact policy solutions that are culturally appropriate and humane.” (Commission on Policy and Practice of International Union of Ethnological and Anthropological Sciences 2000: 3)

São vários os autores que seguem esta linha de pensamento (Spradley e McCurdy 1980; Chapple 1953; Butcher 1987; Peacock 1989; Carvajal 1992; San Román 1993; Willigen 1993; Uribe 1999; Mairal 1999; Ervin 2000), e em todos eles não existe uma preocupação excessiva pela criação de um campo disciplinar próprio e independente da própria antropologia, pois o fundamental é a partilha de método, técnicas, teorias e conceitos (Hoeben 1982). Um autor como Peacock (1989) chega a afirmar que a antropologia é necessariamente aplicada, em termos de relação com o trabalho de campo:

“En su investigación erudita, la antropología ya es aplicada porque se ve envuelta en los grupos humanos a través de la observación participativa. En el trabajo de campo, el antropólogo se enfrenta a cuestiones éticas, debe resolver tareas prácticas y, le guste o no le guste, todo esto afecta a él y al grupo... El trabajo de campo puede tener nobles propósitos académicos, pero se lleva a cabo en un contexto de necesidades humanas y de relaciones humanas, de las que no es posible escapar.”
(Peacock 1989: 170-171)

Portanto, no sentido em que Peacock fala, a antropologia em prática é toda ela implicada, junto com o grupo humano estudado, a antropologia soluciona e administra problemas, mas também difunde conhecimento o que pode eventualmente evitar problemas ou ajudar a geri-los.

Uma conotação um pouco diferente da posição de Peacock é a de Gaspar Mairal (1999), para quem é fundamental defender a “aplicabilidade de toda antropologia”, entendida como uma tradução de mundos culturais diferentes, e num nível menos abstracto, devendo a antropologia caminhar para uma “antropologia dos assuntos públicos” com uma clara orientação política e de gestão (Mairal 1999). Pensamos que é uma linha semelhante à “antropologia pública” defendida por Price (2001: 5), segundo a qual a antropologia deve publicitar-se mais nos contextos nos quais trabalha.

Dentro desta linha de pensamento e aplicação da antropologia, encontramos uma perspectiva um bocado mais pragmática, que é a de Spradley e McCurdy (1980). Estes autores entendem a antropologia aplicada como o uso dos conhecimentos antropológicos para ajudar indivíduos e grupos nas suas mudanças, e pensam na antropologia aplicada como uma “forma de sobrevivência” que garante a própria existência da antropologia, daí que seja esta a sua primeira função, uma espécie de marketing comercial da própria antropologia, que se venderia para justificar a própria existência dos seus praticantes.

Assim pensada, a antropologia aplicada seria uma estratégia de reprodução socioprofissional que pretende maximizar os seus lucros, associada a um condicionamento fundamental na sua prática que é o contrato, e o trabalho com um cliente (Butcher 1987). Assim, o cliente pondera a definição de interesses, delimita os objectivos do estudo e determina o sentido da aplicação.

Baseados nesta posição, podemos afirmar que, potencialmente, o antropólogo melhor que ninguém pode aplicar a antropologia tanto nos seus métodos como nos seus resultados. E se alguns autores falam da antropologia aplicada como “antropologia mais

além da academia” (Gimenez Romero 1999), pensamos que a história da antropologia desenha uma inseparabilidade da ligação entre pensamento e acção (Reed 2000) entre academia e prática da antropologia, assim por exemplo, antropólogos como Franz Boas ou Margaret Mead não podiam imaginar a antropologia sem a sua aplicação com o objectivo de melhorar a sociedade (Greenwood 2002: 7). Para além destes aspectos, podemos pensar que a primeira aplicação da antropologia é o ensino da mesma, um exercício para o treino e formação dos formandos que irão posteriormente praticar a antropologia como profissão. Portanto a transferência de conhecimentos produzida no ensino da antropologia pode ser pensada como uma actividade aplicada que sensibiliza sobre o modo como pensar a convivência entre os seres humanos.

II. POLIÉTICAS

A ANTROPOLOGIA APLICADA COMO POSIÇÃO POLÍTICA

Em um interessante artigo de Davyd Greenwood (1999) sobre como os materiais antropológicos e os antropólogos são utilizados politicamente no caso norte-americano e espanhol, pondo-se em manifesto como as profissões são reguladas e contextualizadas por forças económicas e políticas de grande escala. Sublinha assim algo que todos sabemos mas que poucas vezes explicitamos e pensamos com lente crítica, que existem políticas inerentes às práticas da antropologia que condicionam, utilizam e/ou se apropriam do nosso trabalho.

Em antropologia aplicada, manifesta-se com intensidade este carácter político de toda investigação social. Não por acaso que nasceram as ciências sociais, daí que no seguimento da ideia *foucaultiana* podemos considerar o saber como uma forma de poder (Foucault 2001). Neste sentido não pretendemos confundir ciência com ideologia, mas sim chamar a atenção sobre dois aspectos problemáticos: a) a função social da antropologia enquanto ciência política aplicada; b) a aplicação da antropologia não só adopta pressupostos teóricos e metodológicos como também políticos e éticos.

A utilidade da antropologia no percurso da sua história foi fundamentalmente a construção de discursos sobre a identidade de nações, impérios e entidades internacionais supranacionais (Stocking 1992). Um exemplo clássico é o trabalho de Schoolcraft (in Gondar 2003: 49) sobre as tribos índias dos EUA, realizado a meados do século XIX para o Congresso dos EUA com o objectivo que este estabelecesse uma política.

Estes trabalhos encerram discursos que serviram para cristalizar identidades colectivas e gerar adesões a imaginários inventados politicamente (Anderson 1983). Roger Bastide (1979) chegou inclusive a falar da antropologia como uma “grande puta” ao serviço do colonialismo e do imperialismo. Se bem que esta associação entre antropologia e colonialismo assumia uma posição política concreta, a do melhor governo e exploração passível dos povos colonizados, embora nem todos os antropólogos tenham correspondido a este esquema, porque alguns deles foram mesmo os primeiros em questionar o colonialismo e a promover com os seus estudos e trabalhos de campo a independência dos colonizados (Kuper 1973; Hannerz 1986; Gardner e Lewis 1996). Um exemplo do afirmado é o trabalho de Gulliver, com os “arusha” de Tanganika (Gardner e Lewis 1996); outro a criação em 1948 de um departamento governamental de antropologia na Índia independente (Gardner e Lewis 1996); e ainda a expulsão, em 1959, de Marvin Harris de Moçambique pelo governo de Salazar, ao escrever um artigo crítico sobre a situação dos “Thonga” (Pina Cabral 1991: 33).

Uma outra expressão da assunção de uma posição política aberta e concreta foi o caso de alguns antropólogos norte-americanos durante a segunda guerra mundial entre estes Rut Benedict e Gregory Bateson. O caso de Gregory Bateson é paradigmático, Bateson chegou a elaborar propaganda anti-japonesa, ensinou línguas do Pacífico aos soldados, resgatou agentes secretos e elaborou relatórios e informes secretos para o governo dos EUA (Bastide 1979; Price 1998). Esta “antropologia guerreira”, associada à espionagem (Price 2002), foi muito criticada dentro da própria antropologia (Bastide 1979; Colombres 1997; Reed 2000) por não seguir uns princípios éticos defensíveis e apropriados para a prática da antropologia. A preocupação pelas questões éticas levaria a que em 1949 a “Society for Applied Anthropology”⁽¹⁾ elaborasse o primeiro código ético sobre as implicações da antropologia e as suas recomendações.

Tendo por referência esta óptica podemos pensar a antropologia como uma ciência política aplicada que vende as suas teorias, os seus métodos de intervenção e os seus resultados de investigação a um cliente. Mas nem a “antropologia colonial”, que serviu para controlar os colonizados, nem a “antropologia guerreira”, que se utilizou para vencer um “outro” inimigo, foram as únicas a assumir uma posição política determinada. Uma “antropologia guerrilheira” foi a prática de uma antropologia activista, militante e revolucionária, desenvolvida fundamentalmente na América Latina, e que se renova hoje com a polémica do caso “Lori Berenson”⁽²⁾, uma antropóloga norte-americana que deixou a antropologia académica para integrar-se na guerrilha peruana do “Movimiento Revolucionario Tupac Amaru” (MRTA). Como membro do MRTA trabalhou como investigadora na recopilação de dados necessários para iniciar uma revolução armada no Peru. Outro exemplo é o da antropóloga colombiana Vera Grabe Loewenherz, que chegou a fundar o grupo guerrilheiro M-19 e agora é investigadora no Observatório para a Paz de Bogotá (Grabe 2003). Esta “antropologia guerrilheira” ou ao serviço da revolução teve em Maria Victoria Guevara (Universidade de La Habana), irmã de Che Guevara outro antecedente importante no contexto latino-americano.

Na mesma linha da descolonização (Stavenhagen 2002) da antropologia aplicada e desde uma perspectiva reformista liberal, Sol Tax (1952) propõe uma “antropologia de acção”, entendida como um processo de ajuda a um grupo com o fim de resolver um problema por meio da educação e a aquisição de conhecimentos facilitados pelo antropólogo. Esta é uma posição política partidária de mudanças progressivas e não tão radicais como tinha proposto a antropologia revolucionária. Esta posição política, seguida, entre muitos outros pelo antropólogo colombiano Manuel Zabala (1972), ou pelo norte-americano Davydd Greenwood (2002), define o papel do antropólogo como o de um mediador ou intermediário cultural, muito próximo do trabalhador social. Dentro desta posição, podemos integrar a “antropologia social de apoio” (Colombres 1997), que tem também uma visão reformista libertadora, e que propõe uma antropologia politizada que transfira informação ao grupo estudado para combater as opressões e propor alternativas democráticas. Desde este último ponto de vista, o papel do antropólogo pode ser o de um agente de consciencialização (Freire 2002) e denúncia crítica das situações em que as culturas e os grupos humanos sofrem opressão, adoptando assim um espírito inconformista e libertador.

Se, como aqui estamos a tratar, entendemos a antropologia aplicada como uma expressão dos exercícios de poder, não podemos deixar de matizar a operatividade destas posições políticas desde as quais trabalha a antropologia aplicada, trata-se da “antropologia administrativa” (Spradley e McCurdy 1980), uma engenharia social ao serviço das administrações públicas actuais. A sua prática é do mais variada, desde a assessoria ao desenvolvimento, até a gestão da produção cultural e o património cultural

(ex.: museus). O que caracteriza os “antropólogos administrativos” é o facto de serem criadores dos discursos e das imagens socioculturais necessárias para a afirmação e visibilidade pública desse poder (Zabala 1972). Mas este exercício não tem porque ser obrigatoriamente acrítico e auto-legitimador do poder estabelecido, ainda que os objectivos do trabalho científico sejam produzir conhecimento para ser utilizado pelo administrador, a antropologia aplicada seria a “...arte o técnica que lleva al campo de la realidad concreta los principios, regularidades o leyes, conceptos, métodos, etc. previamente establecidos” (Cortazar 1974).

E se na antropologia administrativa defende-se um controlo da mudança exterior ao grupo em questão, na antropologia de acção (Spradley e McCurdy 1980) o grupo consulta o antropólogo, mas relativamente à mudança, este mesmo grupo é quem decide, na antropologia de defesa da comunidade (Spradley e McCurdy 1980) o antropólogo propõe o que lhe parece mais apropriado para o grupo humano em causa e ajuda na defesa dos interesses do grupo humano com o qual trabalha.

Todas estas posturas obrigam a que o antropólogo lide com questões éticas nem sempre fáceis de resolver, devido às novas situações com as que se debruça o trabalho do antropólogo. Uma saída pensamos poder ser o que propõem Marcus e Fischer (1986), isto é, explicar sempre as condições nas quais é produzido o trabalho de campo e a prática da antropologia, o que nos obriga a questionar-nos e a adoptar uma lente crítica sobre os processos dos quais fazemos parte.

III. SENTIDOS

A RENDABILIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA

Para entender a antropologia aplicada, pensamos que é necessário inserir o seu processo de emergência dentro de um contexto mais alargado, pois segundo o nosso ponto de vista as especializações académicas reflectem a especialização de tarefas (Smith 1950) que se acentua desde há mais de um século, mas também a diferenciação e a distribuição de tarefas. Seguindo a tese de Adam Smith (1950) podemos afirmar que a divisão do trabalho aumenta a produção de antropologia e de antropólogos, isto é causado pelo aumento da destreza e do encontro de metodologias e técnicas que fazem mais exequível as tarefas do antropólogo, economizando tempo e esforços. Na tese de Smith (1950) é o mercado que vai regular a distribuição e a especialização de tarefas, mas também as trocas e as negociações entre os diversos participantes.

Desde uma outra óptica podemos entender a antropologia aplicada como uma distinção (Bourdieu 1998) face a uma antropologia académica considerada clássica e obsoleta por alguns. Pensamos que este menosprezo é infundamentado e etnocêntrico, e ao mesmo tempo é uma tentativa simbólica de “matar o pai”, pois a antropologia aplicada ou é antropologia ou não é.

Como estratégia de distinção que é, a antropologia aplicada tem como objectivo “vender” melhor a antropologia e inserir melhor no mercado os seus praticantes, os antropólogos. Para que este processo de comercialização tenha lucros, tem-se elaborado um produto com denominação de origem, a “antropologia aplicada”. Este produto reuni e revaloriza o melhor da tradição antropológica, para a comercializar como um produto novo aparentemente mais útil e valioso para uma sociedade cada vez mais utilitarista e pragmática.

Portanto, a antropologia aplicada significa mercantilizar a antropologia num contexto capitalista de maximização de lucros. A academia não pode absorver todos os antropólogos que forma, e portanto elabora as condições necessárias para uma melhor inserção dos antropólogos no mercado de emprego, criando as suas especializações e

divisões. Matizamos assim a tese de Adam Smith, pois pensamos que também o aumento do número de profissionais da antropologia promove divisões e especializações. O pressuposto do qual se parte muitas vezes é que se a antropologia aplicada é boa para a subsistência dos antropólogos também será boa para a antropologia. Desta forma a antropologia aplicada autojustifica-se e autolegitima-se na sua existência.

Os antropólogos aplicados trabalham muito para clientes não académicos: governos, organizações não governamentais, associações culturais, tribais e étnicas, empresas, serviços sociais, etc. O seu negócio consiste em aplicar os seus conhecimentos e habilidades especializadas à solução de problemas. Esta prática pretende resolver o problema da falta de reputação da própria antropologia em muitos países, mas também o da oposição entre conhecimento teórico e conhecimento prático, uma separação falsa, na nossa opinião.

Mas face aqueles que negam a antropologia académica como uma forma de aplicação da antropologia, pensamos que a inserção e o ensino da antropologia nos mais variados níveis de ensino formal, não formal e informal, representa uma das suas primeiras e mais importantes aplicações. Neste terreno, a antropologia pode reduzir o etnocentrismo por meio do fomento da apreciação da diversidade cultural. É este um papel educador, que implica alargar horizontes, ampliar o conhecimento e compreender valores diferentes dos nossos que nos façam reflectir acerca da relação com os muitos “outros”. Desde este ponto de vista, algo tão necessário e útil como construir pontes ou estradas de asfalto é construir pontes e estradas de mediação e compreensão cultural.

A FORMAÇÃO EM ANTROPOLOGIA APLICADA

Estamos hoje num momento em que grande parte dos antropólogos formados na universidade vão trabalhar fora da Academia. No caso dos EUA, isto verifica-se desde 1977, pois um terço dos doutorandos trabalham fora da Academia (Price 2001). No caso de Portugal a situação começa a agravar-se nas últimas datas, e os lugares na academia crescem muito lentamente. Apesar de esta situação, muito poucas universidades oferecem formação em antropologia aplicada e menos ao nível de licenciatura. É neste início do século XXI que as universidades portuguesas reestruturam os seus cursos com algum destaque para a formação em antropologia aplicada. Neste assunto a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem sido pioneira ao abrir em 1998 um curso de Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento⁽³⁾. Actualmente a Universidade Nova de Lisboa tem realizado uma reestruturação da licenciatura em antropologia dando ênfase à antropologia aplicada.

A realidade é que a maioria dos nossos estudantes terão que utilizar e praticar a antropologia fora da universidade, bem por escolha pessoal ou pela escassez de lugares na academia. Mas a procura de antropólogos em Portugal e também em Espanha é muito baixa, não tendo um mercado especializado no nosso meio e concorrendo com outros profissionais pelas mesmas ocupações e empregos, pois o mercado procura “científicos sociais” ou “agentes de desenvolvimento”. O empregador raramente conhece a especificidade de cada uma das formações e o que lhe interessa é que sejam dadas propostas e soluções para os problemas colocados. Ao mesmo tempo, acontece que muitas vezes os próprios antropólogos não tem consciência do que podem fazer melhor ou diferente de outros profissionais.

A nossa preocupação é a de formar numa ciência e na aplicação da mesma sem que haja uma quebra entre os processos de ensino-aprendizagem e a prática profissional, convertendo assim a antropologia aplicada numa prática antropológica mais habitual, bem por eleição dos nossos formandos ou também pela falta de lugares na academia e

nos centros de investigação. Este repto implica ensinar aos nossos formandos a traduzir os resultados da investigação antropológica na aplicação prática e na intervenção social da mudança sociocultural. Noutro plano, pensamos na necessidade social de introduzir a antropologia no ensino básico, secundário e universitário –ex.: medicina, turismo-, não só como estratégia de inserção profissional para os antropólogos, porém também como uma forma de ajudar a cidadania a melhor relacionar-se e conviver em contextos de grande diversidade cultural. Outra tarefa necessária é, na nossa opinião, produzir literatura em antropologia aplicada apropriada à realidade portuguesa e ibérica, contextos próximos e imediatos de trabalho dos nossos formandos. Isto, ajudar-nos-ia a conhecer a prática da antropologia em contextos estritamente não académicos, algo muitas vezes invisível até para os próprios antropólogos.

CONCLUSÕES

Na primeira parte deste texto, analisamos algumas posturas em relação à antropologia aplicada, tanto os que negam a possibilidade da antropologia ser uma ciência social aplicada, como os que pensam nela como um campo específico diferente da antropologia, ou os que afirmam a aplicabilidade de toda antropologia seja ela qual for. Entre as primeiras posturas, o pensamento central é que a antropologia só tem como objectivo conhecer e compreender as realidades socioculturais, não sendo este exercício um trabalho aplicado. Entre as segundas, a prática da antropologia é entendida como uma aplicação e uma consequência da teoria, e ao mesmo tempo a prática será novamente inspiradora de novas teorias. Finalmente há quem defenda que não há uma antropologia inaplicável e que a teoria e a prática estão interligadas em redes de acção, não existindo um dualismo ou uma separação radical entre uma e outra, ou como diria Foucault (2001:25) a teoria é uma prática –ex.: teorias da pobreza.

Na segunda parte do texto defende-se o carácter ético e político que tem a antropologia aplicada. Daí que possamos falar em diferentes tipos de antropologia: colonial, imperial, libertadora, emancipadora, guerreira, guerrilheira, revolucionária, de acção, reformista, administrativa, de defesa da comunidade. Também chamamos a atenção sobre a necessidade de olhar a antropologia enquadrada em agendas macropolíticas nem sempre explícitas.

Na terceira parte do texto expomos alguns dos porquês da antropologia aplicada hoje, aplicando as teses de Adam Smith (1950) e de Pierre Bourdieu (1998) apontamos, ao nível das hipóteses, que a antropologia aplicada é uma forma de mercantilizar a antropologia e de segmentar distintiva e especializadamente um produto para ser consumido de forma diferenciada. Finalmente colocamos a ideia da necessidade de formar antropólogos para uma prática profissional aplicada não exclusivamente académica nem tão pouco exclusivamente mercantilista, porém, uma formação adaptada à ajuda na resolução de problemas sociais, recuperando assim a origem da antropologia como instrumento de reforma social democrática.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict, 1983, *Imagined Communities*, London, Verso.
- ASAD, Talal, ed., 1974, *Anthropology and the Colonial Encounter*, New York, Humanities Press.
- BARNES, John A., 1977, *The Ethics of Inquiry in Social Science, Three Lectures*, Oxford, Oxford University Press.
- BASTIDE, Roger, 1979, *Antropologia Aplicada*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre, 1998, *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*, Madrid, Taurus.

- BUTCHER, David,1987, “The Applied Anthropology in Development Projects”, Edinbrough Anthropology, n.º 1, 40-59.
- CARVAJAL, Julio, 1992, La cara oculta del viajero. Reflexiones sobre antropología y turismo, Buenos Aires, Biblos.
- CASTANEDA, Carlos, 1974, Las enseñanzas de Don Juan, Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- CHAMBERS, Erve,1985, Applied Anthropology: A Practical Guide, Englewood Cliffs (New Jersey), Prentice Hall.
- CHAPPLE, Elliot, 1953, “Applied Anthropology”, em SILLS, David L., ed., 1968, Internacional Encyclopedia of the Social Sciences, vol. 1, New York, The Macmillan Company and The Free Press, 325.
- CLIFFORD, James, 1999, Itinerarios transculturales, Barcelona, Gedisa.
- COLOMBRES, Adolfo, 1997, La antropología social de apoyo, em GUERRERO, Patrício, comp., Antropología Aplicada, Quito, Universidad Politécnica Salesiana, 469-518.
- COMMISSION ON POLICY AND PRACTICE OF INTERNATIONAL UNION OF ETHNOLOGICAL AND ANTHROPOLOGICAL SCIENCES, ed., 2000, Newsletter n.º 3.
- CORTAZAR, Augusto, 1974, Ciencia folklórica aplicada: reseña teórica y experiencia argentina, Buenos Aires: Fondo Nacional de las Artes. Citado em CARVAJAL, Julio, 1992, La cara oculta del viajero. Reflexiones sobre antropología y turismo, Buenos Aires, Biblos, 21.
- DE PINA CABRAL, João,1991, Os contextos da antropologia, Lisboa, Difel.
- EDDY, Elizabeth M. e PARTIDGE, William L., eds.,1987, Applied Anthropology in America, New York, Columbia University Press.
- ERVIN, Alenxander M., 2000, Applied Anthropology. Tools and Perspectives for Contemporary Practice, Boston, Allyn and Bacon.
- ESCOBAR, Arturo, 1995, Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third Worl, Princeton, Princeton University Press.
- FIRTH, Raymond, 1981, “Engagement and Detachment: Reflections on Applying Anthropology to Social Affairs”, Human Organization, vol. 40, n.º 3.
- FOSTER, George,1969, Applied Anthropology, Boston, Little, Brown and Company.
- FOSTER, George,1974, Antropología Aplicada, México, FCE.
- FOUCAULT, Michel, 2001, Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones, Madrid, Alianza Editorial.
- FREIRE, Paulo, 2002, Pedagogía del oprimido, Madrid, Siglo XXI.
- GARDNER, Katy e LEWIS, David, 1996, Anthropology, Development and the Post-modern Challenge, Londres, Pluto Press.
- GIMÉNEZ ROMERO, Carlos, coord.,1999, Antropología más allá de la academia. Aplicaciones, contribuciones prácticas e intervención social. Actas do VIII Congreso de Antropología. Santiago de Compostela: FAAEE.
- GIMENO, Juan Carlos e MONREAL, Pilar, eds., 1999, La controversia del desarrollo. Críticas desde la antropología. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- GONDAR, Marcial, 2003, ¿Qué é a antroploxía aplicada? Santiago de Compostela: Departamento de Filosofía e Antroploxía Social-Unidixital.
- GRABE, Vera, 2003, Razones de vida, Bogotá, Casa Editorial El Tiempo.
- GREENWOOD, Davydd, 1999, “Posmodernismo y positivismo en el estudio de la etnicidad: antropólogos teorizando versus antropólogos practicando su profesión”, em Revista Areas n.º 19, 194-209.

- GREENWOOD, Davydd J., 2002, “Aplicar o no aplicar: per què l’antropologia i les ciències socials no poden existir sense l’acció”, em Revista d’etnologia de Catalunya, n.º 20, 6-11.
- GUERRERO, Patricio, comp.,1997, Antropología Aplicada, Quito, Universidad Politécnica Salesiana.
- HANNERZ, Ulf, 1986, Exploración de la ciudad, Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- HOBEN, Allan, 1982, “Anthropologists and Development”, em Annual Review of Anthropology n.º.11, 349-375.
- HOBART, Mark, ed., 1993, An Anthropological Critique of Development: The Growth of Ignorance, London, Routledge.
- KUPER, Adam, 1973, Anthropology and Anthropologists. The Modern British School, London, Routledge.
- MAIRAL, Gaspar, 1999, “Las prácticas institucionales de la antropología social en España”, em VII Congreso Internacional de Estudiantes de Antropología (inédito).
- MARCUS, George e FISCHER, Michael, 2000, La antropología como crítica cultural. Un momento experimental en las ciencias humanas, Buenos Aires, Amorrortu.
- PEACOCK, John L.,1989, El enfoque de la antropología. Luz intensa, foco difuso, Barcelona, Herder.
- PRICE, David, 1998, “Gregory Bateson and the OSS: World War II and Bateson’s Assessment of Applied Anthropology”, Human Organization, vol. 57, n.º 4, 379-384
- PRICE, David, 2002: “Interlopers and invited guests. On anthropology’s witting and unwitting links to intelligence agencies”, Anthropology Today, vol. 18, n.º 6, 16-21.
- PRICE, Laurie J., 2001, “How Good is Graduate Training in Anthropology?”, Anthropology News, 5-6.
- REED, Ann M., 2000, “Applied Anthropology”, www.indiana.edu/~wanthro/applied.htm , consultado em 11-7-2000.
- SAN ROMAN, Teresa, 1993, “La universidad y el bienestar social”, Antropología, n.º 6, 131-141.
- SMITH, Adam, 1950, A riqueza das nações, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOL TAX, Susan, 1952, “Action Anthropology”, em América Indígena, vol. XII, 103-109.
- SPRADLEY, James P. e McCURDY, David W. , 1980, Anthropology. The cultural perspective, New York, John Wiley and Sons.
- STAVENHAGEN, Rodolfo, 2002, The Return of the Native: The Indigenous Challenge in Latin America, London, University of London-Institute of Latin American Studies.
- STOCKING, George W., 1992, The Ethnographer’s Magic and Other Essays in the History of Anthropology, Wisconsin, Wisconsin University Press.
- URIBE OYARBIDE, Juan M., 1999, “Antropología Aplicada. Momentos de un debate recurrente”, Actas do VIII Congresso de Antropologia da Federação de Associações de Antropologia do Estado Espanhol, Santiago de Compostela: Associação Galega de Antropologia-FAAEE, 19-41.
- WEAVER, Thomas, 2002, “Valoració de l’antropologia aplicada als Estats Units: 1985-1998”, Revista d’etnologia de Catalunya, n.º 20, 12-43.
- WILLIGEN, John Van, 1993, Applied Anthropology: An Introduction, Westport, Bergin and Garvey Publishers.
- WOLF, Eric, 1964, Anthropology, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- ZABALA, Manuel, 1972, Organización Teórica de la Ciencia Humana. Trabajo Social como unidad, Buenos Aires, Ecro.

-"National Association for the Practice of Anthropology":
(<http://www.ameranthassn.org/napa/>)

^(*) Muito agradeço os comentários e debates tidos com o meu colega o Prof. Paulo Mendes para a elaboração deste texto. Agradeço também a revisão e comentários que Sandra Lopes tem feito do texto.

⁽¹⁾ Ver <http://www.sfaa.net>

⁽²⁾ Ver o jornal "El País", 22-4-2001, p. 6, Domingo. Ver também: -CUTILEIRO, José, 2002, "O mundo dos outros. A crónica de José Cutileiro", em Expresso, 23-2-2002, p. 28. Lori Berenson tinha sido primeiro julgado em 1996, durante o tempo de Fujimoro, tornada a julgar em Junho de 2001, quando já Toledo estava no poder. O MRTA é conhecido popularmente no Perú como "Sendero Luminoso", grupo guerrilheiro de orientação marxista.

⁽³⁾ Ver www.miranda.utad.pt